



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



Importação de arroz para nos tribunais do País

Representações no STF, no TCU e na Justiça Federal do Rio Grande do Sul engrossam mobilização para barrar leilões

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

Segue forte a polêmica em torno do leilão de importação de arroz pela Companhia Nacional de Abastecimento, agendado para amanhã. O pregão, cujo objetivo é adquirir 300 mil toneladas do cereal, é objeto de representações no Tribunal de Contas da União (TCU), no Supremo Tribunal Federal (STF) e também na Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) autoriza a estatal a importar até 1 milhão de toneladas, sob o argumento de garantir abastecimento ao País e evitar a disparada do preço ao consumidor final.

Em nota, a Assessoria Especial de Comunicação da Advocacia-Geral da União respondeu ao Jornal do Comércio que “monitorea as instâncias judiciais e extrajudiciais de modo a garantir a segurança jurídica das medidas emergenciais adotadas pelo governo federal para enfrentar a calamidade climática no Rio Grande do Sul, mas até o momento a União não foi intimada em nenhum processo que trata da suspensão da importação e/ou leilão de arroz para mitigar o desabastecimento do produto. Tão logo isso ocorra, a AGU irá solicitar subsídios aos órgãos competentes e se manifestará nos autos dos processos dentro do prazo”.

O mais recente movimento é o ajuizamento de uma ação popular movida pelos deputados estadual Felipe Camozzato e federal Mar-

cel van Hattem, ambos do Partido Novo, na Justiça Federal do Rio Grande do Sul. No processo, alegam irresponsabilidade fiscal, violação à Constituição e ausência de motivação técnica.

Também questionam a compra a Federação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), em Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, e o presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Produtivo de Arroz da Assembleia Legislativa, Marcus Vinicius (Progressistas), no TCU.

Todas as demandas pedem a suspensão imediata e, posteriormente, o cancelamento do processo de importação. Entre os argumentos, apontam que o alegado risco de desabastecimento, sustentado pelo governo federal para justificar a compra, não existe. Para Camozzato, a importação de arroz, em um momento delicado para o Rio Grande do Sul, vai agravar a crise, prejudicando o produtor e, conseqüentemente, o próprio consumidor. “Essa medida representa uma interferência injustificada na economia, que irá punir justamente o Rio Grande do Sul, que é o Estado mais castigado do País”, pontua.

O entendimento é compartilhado pela CNA, que vê na importação uma violação da Constituição Federal e uma medida abusiva de intervenção do Poder Público na atividade econômica, restringindo a livre concorrência. “O arroz produzido e colhido pelos produtores rurais gaúchos certamente sofrerá com a predatória concor-



Produtores, entidades e órgãos oficiais apontam que 84% do arroz gaúcho foram colhidos antes das chuvas

rência de um arroz estrangeiro, subsidiado pelo governo federal e vendido no Brasil fora dos parâmetros econômicos de fixação natural de preços”, argumenta a entidade.

A CNA alega também que a importação irá afetar gravemente a cadeia produtiva “com potencial de desestruturá-la, criando instabilidade de preços, prejudicando produtores locais de arroz, desconsiderando os grãos já colhidos e armazenados, e, ainda, comprometendo as economias de produtores rurais que hoje já so-

frem” com a tragédia climática e os impactos das enchentes. A entidade questiona a constitucionalidade das normas que preveem a importação.

As demandas levadas ao STF e ao TCU ressaltam que 84% da área plantada do Estado foi efetivamente colhida antes do início das chuvas e destacam que não existe o risco de desabastecimento. Para isso, apoiam-se em dados do setor que apontam para uma safra aproximada de 7,1 milhões de toneladas de arroz na tempo-

rada 2023/2024, patamar aproximado ao volume alcançado pelo Estado na colheita anterior, de 7,2 milhões de toneladas.

O fato de o governo não ter planejado a medida de importação do arroz com a participação do setor produtivo seria uma das razões “que levou aos equívocos de diagnóstico da situação, bem como à incapacidade de se identificar com precisão onde estariam os gargalos que poderiam suscitar investimentos imediatos”, afirma a entidade nacional.

Farsul vê ampliação das dificuldades e FPA afirma que foco deveria ser o Plano Safra

Também ontem, a Farsul divulgou nota técnica abordando os potenciais impactos da entrada do arroz importado sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No documento, a entidade resalta que o RS já convive com dificuldades financeiras antes das enchentes de maio de 2024, e que “a situação deve se agravar severamente caso não haja medidas por parte do governo federal”. E destaca a importância do tributo estadual gerado pelo cereal como fonte de receita aos municípios.

Conforme o estudo, a perda de arrecadação pode superar os R\$ 440 milhões, em caso de queda de até 20% nos preços pagos

ao produtor, o que representaria R\$ 76,00 a saca de 50 quilos, abaixo do custo de produção. E

somente haveria incremento na receita em caso de manutenção dos valores atuais.



Estão dando arroz de quinta categoria para a população, diz Lupion

Ao final da análise, os técnicos da Farsul sustentam que, diante da devastação causada pelas enchentes e da necessidade urgente de reconstrução do Estado, o tabelamento do preço do arroz “parece descabido e imprudente, visto que a arrecadação do ICMS é essencial para gerar o caixa necessário para que os municípios possam manter o funcionamento de suas funções governamentais”.

Para o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (PP-PR), o governo deveria focar em encontrar recursos para o Plano Safra 2024/2025 em vez de direcionar verba para a importação de arroz, medida anunciada pelo Exe-

cutivo para conter o preço do alimento no supermercados.

“Estão dando arroz de quinta categoria para a população para poder fazer política, colocar a marca do governo em um pacote de supermercado. É um verdadeiro absurdo, é um acinte”, disse Lupion, após a reunião semanal da bancada ruralista.

O parlamentar, além de criticar a qualidade do arroz que será importado da Ásia, disse que a medida é “politiqueira” e “oportunista”. “Em vez de gastar R\$ 7,5 bilhões comprando arroz que não precisa e que tem 80% da safra colhida, (o governo) poderia aplicar dinheiro no Plano Safra, que seria muito melhor utilizado”, defendeu Lupion.